



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 1º DE JUNHO DE 1999

Senhora Ruth Cardoso; Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Ministro Renan Calheiros; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Embaixadores; Senhores Governadores do Ceará e de Goiás; Deputado Nilmário Miranda, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Senhores Parlamentares, Líderes; Senhor José Gregori, Secretário de Estado de Direitos Humanos; Senhores Secretários de Estado; Senhoras e Senhores,

Tenho procurado cumprir, no meu governo, o compromisso de implantar uma política efetiva de respeito aos direitos humanos e de garantir a plena participação do Brasil nos sistemas internacionais de promoção e de proteção aos direitos humanos.

Começamos, há quatro anos, com a lei que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas por motivação política na época do regime autoritário. Logo em seguida, começamos a elaborar, com a participação de várias entidades da sociedade civil, o Programa Nacional de Direitos Humanos. Poderíamos apresentar vários avanços

atingidos desde então, mas a consciência do muito que ainda resta por fazer impede comemorações ufanistas.

Criamos um órgão específico para zelar por essa política – a Secretaria Nacional de Direitos Humanos — e, no início deste ano de 1999, elevamos esse órgão à condição de Secretaria de Estado, de modo a aumentar a sua capacidade de interlocução, nos âmbitos nacional e internacional.

Portanto, hoje, a Política de Direitos Humanos do Brasil não é mera intenção e, sim, firme disposição do Governo. E por que acho necessário chamar a atenção para a importância dessa política de direitos humanos? Porque entendo que essa é a melhor estratégia – e talvez a mais eficiente – de combater a violência.

A manifestação da violência assume vários nomes: homicídio, infanticídio, estupro, tortura, massacre, seqüestro, extermínio e assim vai. Uma lista interminável de manifestações de violência individual e coletiva que nos indigna pelo seu horror e nos exige atitudes que imponham limites à proliferação de fatos que, presentes em nosso cotidiano, pressionam e provocam o medo em cada brasileiro.

Não há dúvidas de que esse quadro de violência é alimentado pelas graves desigualdades sociais, por altas taxas de desemprego, por práticas autoritárias ainda recorrentes em diversos setores da sociedade e dos órgãos estatais, pela morosidade da Justiça e, principalmente, pela impunidade.

Entretanto, não é por causa desse quadro desafiador que vamos minimizar os avanços já alcançados nesses últimos três anos de vigência do Programa Nacional de Direitos Humanos, sob a direção do Doutor José Gregori. Gostaria de citar alguns exemplos, embora, porventura, de muitos conhecidos: a lei que tipifica o crime de tortura, que já foi aprovada pela Câmara; a lei que transfere para a Justiça comum os crimes dolosos praticados por policiais militares; a adesão aos principais tratados internacionais de direitos humanos e a recente adesão à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos; a implantação do Programa de Proteção à Testemunha e Vítima

de Crime; programas para retirar as crianças do trabalho e colocá-las nas escolas.

O registro dessas iniciativas apenas exemplifica as ações que foram e estão sendo realizadas. E isso, creio que é muito importante ressaltar, não para propagandear feitos e, sim, para reafirmar que, na porta de entrada para o próximo milênio, tudo devemos fazer, tanto o Estado quanto a sociedade para, juntos, evitarmos que a violência seja tolerada, para que a brutalidade contra as pessoas seja implacavelmente coibida e para que a atuação policial – que deve refletir a autoridade estatal – esteja sempre dentro dos limites impostos pelas leis e, ao mesmo tempo, tenha um caráter educativo.

Não tenho dúvidas de que este governo, dentro de suas competências, não tem transigido com aqueles que violam os direitos humanos e estou convencido de que esse é o caminho para se enfrentar as múltiplas faces da violência. Esse é um trabalho de longo prazo, de paciência e persistência, principalmente porque não existe, para isso, uma só resposta.

Quando lancei o Programa Nacional dos Direitos Humanos, há três anos, disse que os direitos humanos seriam o novo nome da democracia. Tenho cada vez mais convicção dessa afirmação.

Determinei ao Secretário de Estado de Direitos Humanos, como já foi dito aqui, que estabelecesse um grupo de trabalho para coordenar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos, visto que, como ele próprio disse, é preciso que se renovem os compromissos, se modifiquem as leis, porventura em prática, e, principalmente, que se amplie a participação das organizações da sociedade civil, como já fizemos desde o início da implantação desse Programa.

Vamos, portanto, criar, ainda este ano, no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, um sistema especial de identificação e acompanhamento dos direitos humanos – o que estamos chamando dos Observadores em Rede. Esse mecanismo contará com o trabalho de especialistas em direitos humanos que atuarão como relatores especiais da Secretaria de Estado nos casos de graves violações. Com isso, nós buscamos dinamizar o relacionamento da

sociedade com o Estado, dar maior mobilidade à ação da Secretaria de Direitos Humanos e estabelecer, pelo próprio nome que, na verdade, é um conceito de rede, uma relação de solidariedade entre um conjunto de pessoas, estejam no Estado ou fora dele, que têm a preocupação básica com os direitos humanos.

Os temas relativos à promoção da igualdade se fazem representar aqui, hoje, pelo decreto que também assinei, elevando ao *status* de Conselho Nacional o órgão colegiado que cuida das pessoas portadoras de deficiência física. Diga-se, de passagem, que essa questão de pessoas portadoras de deficiência ganha, cada vez mais, importância no mundo contemporâneo e faz parte da luta pela cidadania, pela inclusão de todos na nossa sociedade, dando-lhes a assistência moral – às vezes mais importante, até mesmo, do que as outras formas de assistência – que todas essas pessoas merecem e necessitam.

Como já foi dito pelo Secretário José Gregori e reiterado pelo Ministro Renan Calheiros, nós estamos, também, por decreto, criando este fórum permanente de Ouvidorias de Polícia com o objetivo equivalente, ou seja, de estabelecer controles democráticos e para aprofundar a participação de vários setores da sociedade nesses órgãos, melhorando a qualidade das polícias e, ao mesmo tempo, estimulando a criação de novas Ouvidorias. O espírito é o mesmo do já assinalado anteriormente, no que diz respeito aos Observadores em Rede, ou seja, da mesma maneira, queremos ampliar o conjunto de cidadãos que se interessam e que participam ativamente, e não apenas recebendo mensagens, ou os benefícios eventualmente prestados por parte do Estado.

Também em continuidade às iniciativas que já tomamos, no combate à violência, como o Ministro Renan Calheiros acabou de expor, estamos enviando ao Congresso Nacional um projeto a respeito da comercialização de armas de fogo, com o propósito primordial de que se abra um amplo debate no país, e que o País se lance, efetivamente, numa campanha pela paz, pelo desarmamento. Mas todos sabemos, apesar das considerações corretas, feitas pelo Ministro da Justiça, que, muitas vezes, a lei e a regulamentação não alcançam o

seu objetivo, porque falta fiscalização e porque falta capacidade de implementar a decisão.

Mas isso não desobriga o governante de propor ao Congresso a lei. Não desobriga o Congresso de aprovar a lei, para que tenhamos, pelo menos, um quadro de referência, a partir do qual a sociedade possa não só se apoiar, para as suas ações objetivas, colimando o que já se havia proposto ao enviar o projeto, porém, mais do que isso, para que possa se ativar, no sentido de tomar consciência e de atuar, para que haja um desarmamento crescente.

Choca, e choca a todos nós, ao vermos na televisão, ao ouvirmos no rádio, ao lermos nos jornais, quando não ao presenciarmos, a violência armada, sobretudo de jovens. A mortandade provocada, de jovens por outros jovens, que não são “bandidos”. Não se trata de gente à parte da sociedade, organizada em malta, para a malversação. Não. Muitas vezes são – e ponho aspas de novo – “pessoas normais”, e ponho aspas nos “normais”. Porque, qual é a diferença, nesse momento, entre aquele que, aspas, é “bandido” e o outro que é “normal”, se é portador de arma e, de repente, mata? Aproximam-se, subitamente, um do outro. E temos visto isso até nas nossas escolas, temos visto isso nas esquinas, temos visto isso ceifando vidas dos mais jovens. Assusta ver, nas estatísticas, a quantidade de jovens que morrem, no Brasil, pela utilização de arma de fogo e pela violência.

Então, não pode o governante, mesmo sabedor das limitações eventuais que existem, num diploma legal, furtar-se ao dever de mostrar à sociedade que não é esse o caminho. O sentido dessa iniciativa que temos, hoje, é, portanto, um sentido, ao mesmo tempo, prático, mas é também simbólico. E, sendo simbólico, é motivador. Porque só a própria sociedade atuando, organizadamente, será capaz, efetivamente, de transformar esses focos de violência, de limitá-los, de coibi-los e de criar uma situação em que se possa ter uma convivência, portanto, pacífica.

Nós, brasileiros, e o Brasil, como país, sempre participamos muito ativamente nos esforços da comunidade internacional em prol da solução pacífica de controvérsias, da limitação de armamentos e do

desarmamento nuclear. E temos, portanto, que sublinhar esses mesmos valores de paz e de desarmamento como regras essenciais da convivência entre todos os brasileiros.

A tarefa por um desenvolvimento humano pleno é de todos. De nossa parte, o governo quer trilhar esse caminho em conjunto – reitere – e em cooperação com todos os agentes sociais, privilegiando resultados concretos e buscando corresponder às expectativas e aos compromissos assumidos.

Ao agradecer a presença de todos, e o trabalho feito pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Direitos Humanos – e estendo esse agradecimento àqueles que colaboram e vêm colaborando intensamente, desde o início do lançamento desse Programa, com os esforços que nós temos feito –, quero lhes dizer, também, que após três anos de vigência desse Programa Nacional dos Direitos Humanos, e cada vez com maior clareza, em matéria de direitos humanos, o nosso Secretário José Gregori tem razão em afirmar que, nessa matéria de direitos humanos, nunca existe a última conquista. É sempre a penúltima. Vamos continuar brigando por elas.

Muito obrigado.